



SEGUNDA
EDIÇÃO

Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil*

Aparecida Joly Gouveia

Palavras-chave:
pesquisa educacional;
planejamento da educação.

Não me proponho, nesta palestra, tarefa tão ambiciosa qual seria a de considerar "os problemas da pesquisa educacional no Brasil", tema que me foi sugerido pela comissão organizadora deste encontro. Embora, pelo tempo que, de uma forma ou de outra, venho dedicando a esse campo, tenha acumulado variada experiência, não me parece que a familiaridade com certos problemas e situações autorize a fazer uma apreciação abrangente e inteiramente objetiva sobre a pesquisa educacional em nosso País.

Assim, limitar-me-ei a abordar alguns aspectos que a meu ver são cruciais para o desenvolvimento que já há algum tempo justificadamente se espera da pesquisa aplicada à educação. Não apresentarei dados sistemáticos, nem procurarei fundamentar minhas afirmações com apoio em uma análise rigorosamente conduzida, como se exigiria de um pesquisador. Coloco-me na posição de um interlocutor que traz a esta assembléia algumas reflexões, originadas, sem dúvida, de situações profissionais vividas, mas, ao mesmo tempo, marcadas também por valores ou orientações que podem não ser partilhadas pelos que trabalham no mesmo campo.

A primeira reflexão é a que me leva a apontar a necessidade de se proceder a um levantamento dos temas ou tópicos das pesquisas já realizadas. Porém, tal levantamento não deveria limitar-se a uma simples listagem, como a que realizei em 1970.¹ Além do título das pesquisas, dever-se-iam indicar resumidamente, em relação aos temas arrolados, os seguintes aspectos:

a) as principais constatações, ou seja, o que já se sabe sobre o tema, com base nos dados analisados;

b) apontar questões não esclarecidas ou insuficientemente tratadas;
c) propor novas indagações ou hipóteses a partir do que tiver sido constatado (se cabíveis).

Além desses aspectos de natureza substantiva, o trabalho deveria, se possível, assinalar as tendências metodológicas por que se norteiam as pesquisas na área considerada, bem como indicar os marcos teóricos que explícita ou implicitamente as inspiram.

A tarefa, que não é das mais fáceis, devido sobretudo à extensão do País e à ausência de mecanismos institucionalizados de comunicação entre pesquisadores e centros de pesquisa, exigiria provavelmente o esforço de frios profissionais, encarregando-se cada um deles de determinada área ou de um conjunto de áreas afins.

A identificação ou delimitação das áreas a serem consideradas poderia talvez orientar-se pelo critério da relevância ou "visibilidade" dos problemas, partindo-se assim do universo de temas significantes para aqueles que, como professores, técnicos, administradores ou legisladores, lidam com educação.

Uma solução alternativa seria a de se delimitarem as áreas a partir de um esquema preestabelecido. Apenas para ilustrar poder-se-ia sugerir aqui um esquema em que se considerassem, por exemplo, insumos, processos e produtos, subdividindo-se cada um desses aspectos em dimensões que pudessem ser atribuídas a diferentes pesquisadores, se julgado conveniente.

O balanço sugerido impõe-se, a meu ver, por várias razões.

Em primeiro lugar, para evitar a multiplicação de estudos redundantes que, no

* Palestra proferida no I Encontro de Pesquisadores em Educação do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, realizado em Porto Alegre, em 2/8/1973, sob os auspícios da Associação de Escolas de Formação de Profissionais do Ensino. Publicada originalmente na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 60, n. 136, p. 496-500, out./dez. 1974.

¹ Ver: GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 55, n. 122, abr./jun. 1971.



cômputo geral, resultam onerosos em termos dos recursos financeiros e humanos que absorvem. Conforme se pode constatar pelos itens que consegui relacionar em 1970, há temas que se repetem monotonamente em pesquisas realizadas em várias regiões do País. Entretanto, por falta de balanço como o sugerido, nenhuma generalização de interesse teórico ou relevância prática se pode fazer com certa segurança sobre o tema. Por exemplo, inúmeros são os estudos já efetuados no Brasil sobre a origem socioeconômica do corpo discente de escolas de diferentes tipos. Contudo, não estou segura de que alguém, dentre os presentes, possa estimar, mesmo grosseiramente, o grau relativo de seletividade do ensino de diferentes níveis no Brasil, talvez nem mesmo em seu Estado. Não que considere esta uma questão das mais relevantes. O exemplo é dado apenas para indicar como, afinal, de fato, se sabe pouco após a realização de tantos estudos.

Por outro lado, a visão de conjunto que o balanço sugerido propiciaria talvez nos levasse a eleger temas e a propor indagações diferentes daqueles que, convencionalmente, têm orientado nossas pesquisas. Mesmo que não tomássemos, de pronto, novos rumos, mais facilmente poderíamos comparar nossas constatações com as que têm sido feitas em outros países.

Por outro lado, dentro das próprias fronteiras nacionais, tal compilação crítica de pesquisas, realizadas em lugares ou momentos históricos diferentes, permitiria apreender e documentar a existência de diferenças ou semelhanças, e isso seria importante não só para o enriquecimento ou a especificação de nossas teorias, mas principalmente para uma formulação mais realista dos planos educacionais.

A tentativa que fiz em 1970 de relacionar as pesquisas no campo da educação no Brasil poderá ter transmitido uma visão pouco favorável da situação, mas o ânimo que inspira a presente sugestão é antes otimista que pessimista. Acredito hoje, como então, que muito se tem feito em matéria de pesquisa educacional em nosso País. Dinheiro se tem gasto e, sobretudo, muito entusiasmo se tem aplicado em trabalhos de coleta de dados e esforços para analisá-los. Grande parte, porém, da dedicação dos pesquisadores e dos empreendimentos tentados pelas instituições governamentais se tem aplicado à realização de projetos que se multiplicam erratically, sem que até

agora tenhamos uma idéia clara a respeito do que se sabe sobre educação no Brasil.

Mesmo no que se refere a aspectos puramente quantitativos, estamos usualmente defasados e insuficientemente informados. Isso não apenas em âmbito nacional, mas no âmbito do nosso próprio Estado.

Muitos dos aqui presentes talvez já se tenham preocupado com as dificuldades encontradas quando se procura reunir dados que informem, de maneira congruente, sobre as dimensões do universo de onde se deverá retirar a amostra para um estudo determinado.

Sugiro, portanto, a realização de certo esforço no sentido de proceder-se a um balanço de aspectos essenciais ao prosseguimento profícuo da pesquisa educacional em nosso País.

Tal balanço constaria, antes de mais nada, de uma competente pesquisa bibliográfica, que abrangesse trabalhos publicados e não publicados. Obviamente, a análise secundária deveria ser completada ou ancorada, mesmo, na estrutura derivada das estatísticas educacionais disponíveis. A compilação e análise dessas estatísticas com o objetivo em vista levariam certamente à identificação de lacunas e incongruências que poderiam ser apontadas aos órgãos governamentais encarregados de coletá-las, processá-las e divulgá-las.

A meu ver, daríamos já um grande passo se pudéssemos melhorar as estatísticas educacionais e a elas ter acesso de maneira expedita, em casos especiais, mesmo sob formatos não previstos no plano de divulgação de âmbito nacional.

Certamente, como pesquisadores, como indivíduos, não temos poder decisório sobre o assunto, mas acredito que sugestões bem-intencionadas e, sobretudo, realistas possam eventualmente ser aceitas e incorporadas à sistemática de coleta e divulgação de informações sobre educação.

O balanço sugerido constituiria um primeiro passo para a contribuição que, como profissionais consumidores de estatísticas, poderíamos prestar aos órgãos oficiais delas encarregados.

Julgo oportuno, a esse respeito, expressar um ponto de vista pessoal sobre a multiplicação indiscriminada de bancos de dados, sobre os quais hoje tanto se fala. A criação, alimentação e funcionamento adequado de um banco de dados implicam certo "know-how" e despesas que talvez melhores resultados produzam se aplicados no sentido de



dinamizar, ampliar e aperfeiçoar mecanismos já existentes. A criação e funcionamento paralelos de uma pluralidade de instituições destinadas a fins idênticos ou semelhantes, além de aumentar a probabilidade de incongruências nos dados, sobrecarregam as escolas como informantes.

Sabemos quão reduzidos são os quadros administrativos de nossas escolas e sobrecarregá-los com pedidos de informações rotineiras será predispor os contra as pesquisas para as quais de fato precisaremos de colaboração.

Creio que essa precocidade, à primeira vista alheia aos propósitos desta reunião e fora das possibilidades de atuação de seus participantes, é legítima e será prudente que, como pesquisadores, a tenhamos. Isso para que não nos deixemos entusiasmar demasiadamente com a idéia do "banco de dados", como há algum tempo nos entusiasmos com o computador.

Não se nega que bancos de dados e computadores facilitam grandemente a execução de pesquisas, mas não basta que se crie um banco de dados ou se instale um computador. É preciso que funcionem, e o seu funcionamento adequado exige muito mais que a intenção inicial ou as verbas que se lhes destinem.

Em relação a serviços a serem obtidos de computadores, muitos de nós que trabalhamos com pesquisa no Brasil estamos vivendo uma fase de grandes frustrações. Os serviços confiados a processamento arrasam-se por semanas e meses, alterando cronogramas e colocando-nos em posição difícil diante das instituições que patrocinam nossas pesquisas.

Uma simples tabulação cruzada, com cálculos de percentagem e χ^2 , tarefa para a qual já circula em São Paulo um programa denominado TAB, pode levar mais de um mês. E freqüentemente o exame dos resultados indica a presença de erros e a necessidade de refazer o processamento. Parece que uma das dificuldades reside na comunicação com os programadores, que, em geral, estão familiarizados com programas para fins contábeis ou administrativos, mas que não foram preparados para o tipo de trabalho que a pesquisa requer.

À euforia inicial, despertada pelas possibilidades antevistas, segue-se, assim, uma fase, senão de inteiro desengano, pelo menos de expectativas mais realistas em relação ao que se pode ganhar com o processamento eletrônico, em termos de

economia de tempo e de refinamento da análise. A possibilidade de o próprio pesquisador utilizar o Statistical Package for Social Sciences (SPSS)² simplificou bastante o problema.

Tal observação é feita com base em experiência própria e de colegas com quem mantenho contato em São Paulo. Não sei em que medida o fenômeno se repete em outros centros de atividade científica do País. Talvez em São Paulo o problema seja mais agudo em decorrência da competição representada pela demanda por serviços de programação, de parte dos setores industrial e financeiro.

Ao transmitir essa experiência e expressar certas reservas em relação à utilização de modernos recursos, não quero sugerir uma volta aos velhos estilos artesanais, que, em muitos casos, dada a natureza dos problemas com que hoje lidam, nem sequer poderiam ser cogitados.

Há pesquisas que, pelo vulto dos dados ou complexidade da análise, não podem prescindir do processamento eletrônico; por outro lado, nenhuma pesquisa poderá ser realizada sem que se proceda ao prévio levantamento de informações. Essas informações podem ser obtidas, via de regra, numa biblioteca atualizada que disponha de periódicos especializados. Estes, sim, são recursos imprescindíveis aos pesquisadores. Mas, como se sabe, geralmente é raro encontrá-los.

Todavia, a meu ver, o ponto crítico para o futuro da pesquisa educacional no Brasil não é tanto o da infra-estrutura, que mais cedo ou mais tarde se desenvolverá; porém, o da preparação de pesquisadores, que não se improvisarão apenas com maiores verbas que se aloquem a bibliotecas e institutos de pesquisa.

Acredito que a preparação de pesquisadores, necessariamente fundamentada em bons cursos de graduação, só poderá fazer-se em nível de pós-graduação.

Embora já funcionem no País alguns cursos de pós-graduação em educação, bem como outros em áreas correlatas, nenhum, pelo que estou informada, reúne as condições necessárias à formação do pesquisador educacional. Dos cursos existentes, alguns se concentram em aspectos particulares da educação, oferecendo, por exemplo, treinamento em psicologia educacional. Outros mais abrangentes, não se estruturam propriamente em função da preparação de pesquisadores.

² NIE, N. et al. *Statistical Package for the social Sciences*. New York: McGraw Hill, 1970.



Por outro lado, a preparação em universidades estrangeiras, além de outros inconvenientes, é dispendiosa e sobretudo demorada em face de nossas necessidades atuais e das que se prevêem para um futuro próximo. Demorada, se considerarmos o número de bolsistas que anualmente completam o treinamento e regressam ao País. A massa crítica de pesquisadores bem preparados de que o Brasil necessita só poderá ser produzida aqui mesmo. Para isso, porém, seria necessário que se concentrassem recursos em torno de pelo menos um programa de pós-graduação bem estruturado, onde, além de assistirem a cursos regulares, os estudantes participassem efetivamente da realização de um projeto de pesquisa, desde as fases iniciais da seleção e formulação do problema até a elaboração e análise dos dados. Assim, ao mesmo tempo que se familiarizassem, em situação real, com as dificuldades inerentes às diferentes etapas da execução de um projeto, poderiam, diante dos estímulos decorrentes do intercâmbio de idéias e informações com os participantes do empreendimento comum – professores e colegas – sentir-se menos hesitantes e inseguros ao formular e executar a dissertação destinada à obtenção do grau de mestre. O projeto (ou projetos), mesmo comum, dependendo de sua natureza e

amplitude, poderia fornecer dados para a elaboração de algumas dissertações.

Sabemos quão difícil é, para o estudante, nas condições atuais dos cursos de pós-graduação, eleger um tema e decidir-se por uma metodologia adequada aos fins a que se propõe. Os recursos materiais necessários à execução de um projeto não constituem dificuldade insuperável quando este se apresenta bem delineado.

Acredito que um programa de pós-graduação com tais características e potencialidades não só é viável como também resultará muito mais profícuo (e talvez até menos oneroso) que os "cursos de preparação ou aperfeiçoamento de pesquisadores" de curta duração que se têm realizado aqui e acolá pelo Brasil.

Para isso seria necessário, entretanto, contar-se com a dedicação integral de professores e alunos, assegurando-se a estes e àqueles as condições necessárias para o cumprimento de um programa que se prolongasse, no mínimo, por dois anos. Isso exigiria, da parte da instituição patrocinadora, comprometimento bem mais sério do que o exigido para a realização de cursos esporádicos, promovidos de acordo com "as disponibilidades orçamentárias" ou ao sabor de orientações variadamente favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa.